

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, 16 DE NOVO DE 2025

(DOMINGO)

NÚMERO 22.885 • 70 PÁGINAS • R\$ 7,00

Fla ganha presente de aniversário

No dia em que completou 130 anos, rubro-negro assume a liderança do Brasileirão após a goleada de 5x1 sobre o Sport, com gol de Bruno Henrique (foto). Santos derrota o Palmeiras e sai da zona de rebaixamento. PÁGINA 19

Seleção de Ancelotti mostra força em Londres

PÁGINA 20



Luta contra a intolerância na saúde

Altamente qualificados, profissionais negros da área de saúde, como a neurologista Júlia Carolina Ribeiro, enfrentam o racismo no meio com postura consciente, escuta atenta e excelência no tratamento dos pacientes. PÁGINA 18



Medos, desejos e um mergulho no inconsciente: o sonho tem caminhos que vão da interpretação psicanalítica à leitura espiritual e revelam muito sobre as emoções humanas.

Trabalho & formação profissional

Modernização ou risco?

A reforma administrativa que promete modernizar o Estado pode também trazer mudanças como a precarização de vínculos e a perda de eficiência nos serviços públicos. Saiba o que dizem especialistas.

Marcador que dá o alerta

O baixo nível de vitamina D no sangue de pessoas idosas pode indicar riscos para a mobilidade. PÁGINA 12

Tradição que virou arte

Exposição reúne bancos usados em rituais por povos originários. PÁGINA 22



Entrevista / Raul Jungmann

"Eleição envenena debate na segurança"

» ANA MARIA CAMPOS | » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Titular da pasta de Segurança Pública no governo de Michel Temer e um dos subrelatores da lei antiterrorismo, o ex-ministro Raul Jungmann critica os interesses eleitoreiros que movem as discussões sobre o enfrentamento ao crime organizado. Considera um "contrassenso" equiparar narcotráfico a terrorismo e condicionar a Polícia Federal à vontade de governadores para combater ilícitos. Jungmann afirma que a esquerda falha ao dar mais atenção ao aspecto social na questão da violência e deixar para a direita a política do "tiro, porrada e bomba". Na avaliação do ex-ministro, a



Minervino Júnior/CB/D.A.Press

população aplaude operações violentas porque se sente abandonada. "Qual é o modelo alternativo apresentado para ela?", indaga. Para Jungmann, há um déficit de credibilidade entre os políticos que propõem ações na segurança pública. Além de uma cooperação nacional no combate às mais de 70 facções criminosas que atuam no Brasil, ele defende uma racionalidade que inclua tanto ações sociais quanto operações de confronto direto com bandidos. "Isso de forma nenhuma significa concordar com o volume extraordinário de mortes (na operação) no Rio de Janeiro", ressalva.

PÁGINA 2

Exportadores temem perder mercado com tarifaço

PÁGINA 7

Por unanimidade, STF torna réu Eduardo Bolsonaro

PÁGINA 4

Pablo PORCIUNCULA / AFP



Multidão marcha PELO CLIMA



Mais de 70 mil manifestantes ocuparam as ruas de Belém para cobrar dos países que participam da COP 30 o fim do uso dos combustíveis fósseis e a adoção de fontes de energia limpa. A marcha da Cúpula dos Povos teve participação das ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas). PÁGINA 6

Regularização e investimento

O governador Ibaneis Rocha anunciou investimento de R\$100 milhões na infraestrutura de Santa Luzia. As obras devem beneficiar mais de 20 mil pessoas. PÁGINA 15

Paulo H. Carvalho/ Agência Brasília



Últimas provas do Enem

Em clima de alívio de reta final, os candidatos enfrentam hoje o último dia do exame com matérias de ciências da natureza e matemática, áreas estratégicas para as notas finais. PÁGINA 16

Incerteza na eleição chilena

Comunista Jeannette Jara é favorita a vencer o primeiro turno hoje, mas a candidatura de ultradireita de José Antonio Kast deve ampliar alianças e pode virar a disputa na segunda rodada de votos. PÁGINA 9



O que traz a reforma administrativa?



A PEC 38 começou a tramitar no Congresso Nacional, com a promessa de promover uma modernização do Estado brasileiro. Mas entidades de servidores públicos alertam que as medidas colocam em riscos o funcionamento dos serviços públicos oferecidos à sociedade e fragiliza a estabilidade, concursos e carreiras.

PÁGINAS 2 A 4

REFORMA ADMINISTRATIVA

Modernização do Estado ou desmonte do serviço público?

PEC 38/2025, de iniciativa do Legislativo, prevê gestão por resultados, digitalização e combate a privilégios, mas especialistas alertam para riscos de precarização e interferência política

» JÉSSICA ANDRADE

A reforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional por meio da PEC 38/2025, busca redesenhar o funcionalismo público. A proposta foi construída a partir de um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e pretende modernizar a máquina pública, fortalecer a gestão por resultados e reduzir privilégios. O texto aguarda despacho do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) e tem o apoio do parlamentar para seguir à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC altera regras constitucionais e cria novas formas de vínculo entre o Estado e os servidores, além de introduzir avaliações de desempenho e ampliar a digitalização dos serviços públicos. O texto propõe transformar a eficiência e a transparência em pilares do serviço público, com metas, incentivos e mecanismos de controle mais próximos da administração privada.

Para o advogado Jonas Hipólito, especialista em direito administrativo, a proposta "busca adequar o Estado a um modelo mais flexível e orientado por resultados", sem romper totalmente com as bases constitucionais da administração pública. Ele explica que a reforma "mantém o concurso como regra de ingresso e preserva princípios como legalidade e impessoalidade, mas flexibiliza vínculos funcionais e cria formas de contratação por tempo indeterminado ou temporário".

A professora Alketa Peci, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), define a reforma como "um processo deliberado e abrangente de mudança no setor público" e

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Lideranças sindicais alertam para os impactos em áreas como saúde, educação e assistência social

Reprodução/Sindireta



Ibrahim Yusef: "Não combate privilégios nem corrige distorções"

Reprodução/FGV



Professora Alketa Peci diz que o texto aborda mais de 70 propostas

Reprodução



Maria Lucia, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, é contra a PEC

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



**Glauber Braga (PSol-RJ):
"Abre espaço para perseguição"**

Ed Alves/CB/D.A Press



**Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ)
é o relator da PEC 38 na Câmara**

destaca que o texto aborda mais de 70 propostas. Segundo ela, o Brasil precisa menos de “novas leis” e mais de capacidade gerencial. “Faltam bons sistemas de metas e monitoramento, dados confiáveis, interoperabilidade digital, formação continuada e liderança de linha com autonomia e responsabilidade”, afirma a acadêmica.

Peci reconhece a importância de preservar a estabilidade em carreiras estratégicas, mas admite que é possível repensar vínculos em funções instrumentais. “Mudanças prudentes tendem a preservar a estabilidade onde a independência é vital, ao mesmo tempo em que criam trilhas de desempenho e mobilidade para evitar o enfraquecimento do serviço”.

Divergências

A proposta, contudo, encontra resistência entre servidores e entidades. O Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindireta-DF) avalia que o texto representa um ‘grave risco’ ao serviço público e à própria estrutura do Estado brasileiro”. Segundo o presidente do sindicato, Ibrahim Yusef, “ela não combate privilégios nem corrige distorções, ao contrário, fragiliza carreiras essenciais, abre brechas para indicações políticas e ameaça a continuidade de políticas públicas”.

O sindicato afirma que a justificativa de tornar o Estado mais eficiente não se sustenta no formato atual da PEC. “Modernizar não é desmontar o serviço público. Eficiência não se alcança com insegurança ou desmotivação, mas com valorização e boas condições de trabalho”, diz Yusef. Ele também alerta para os impactos diretos em áreas como saúde, educação e assistência social, que poderiam ser as mais prejudicadas.

Para a líder da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, a PEC 38/2025 representa “um risco de desmonte do Estado e de privatização de serviços essenciais”. A entidade critica o fato de a proposta centralizar na União a definição de regras para administração de pessoal em todas as esferas federativas, o que, segundo ela, “retira autonomia de estados e municípios e impõe um modelo padronizado que ignora as desigualdades regionais”.

Fattorelli também relaciona a reforma à manutenção de uma lógica financeira voltada ao pagamento da dívida pública. “Tudo que se economizará com o

desmonte que a PEC pretende será destinado ao Sistema da Dívida. O setor que mais lucra com a redução da estrutura estatal é o setor financeiro”, sustenta Maria Lúcia. Para ela, o discurso da eficiência “tenta imprimir no serviço público a lógica de mercado, esquecendo-se das funções sociais do Estado e da garantia de direitos universais”.

Já o advogado Jonas Hipólito destaca que a proposta quebra o regime jurídico único e cria múltiplos vínculos instáveis. Para ele, “essa fragmentação exige salvaguardas para não comprometer a continuidade do serviço e a neutralidade técnica”.

10 pontos para entender a proposta

O QUE É?

PEC 38/2025 reformula as regras do serviço público e cria novos tipos de vínculo entre Estado e servidor, com foco em resultados e gestão digital.

QUEM PROPÔS?

A proposta foi elaborada por um grupo de trabalho coordenado por Pedro Paulo (PSD-RJ).

O QUE MUDA?

Criação de vínculos estáveis, por prazo indeterminado e temporários, com avaliações de desempenho e bônus por metas.

POR QUE AGORA?

Parlamentares defendem modernização da máquina pública; críticos alertam para riscos de precarização e interferência política.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Prevê metas e indicadores de resultados. Servidores com baixo desempenho podem perder o cargo, mediante critérios objetivos e direito de defesa.

O QUE PERMANECE?

Concurso público segue obrigatório e princípios constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) continuam válidos.

ESTABILIDADE

Mantida apenas para carreiras típicas de Estado, como controle, fiscalização e regulação. Demais vínculos não terão garantia de permanência.

TRAMITAÇÃO

Aguardando parecer do Presidente da Câmara dos Deputados

SERVIÇOS ESSENCIAIS

Pode alterar vínculos em saúde, educação e assistência social. Entidades temem perda de continuidade; apoiadores falam em mais eficiência.

O QUE DIZEM OS LADOS

Governo federal ainda não se posicionou. Especialistas defendem cautela. Servidores e sindicatos criticam; pesquisadores veem avanços se houver equilíbrio entre inovação e proteção institucional.

Principais mudanças

ESTRUTURA

Dividida em quatro eixos: estratégia, governança e gestão; transformação digital; profissionalização; e extinção de privilégios.

MODERNIZAÇÃO

Prevê metas de desempenho, gestão por resultados e transformação digital como direito constitucional.

MERITOCRACIA

Muda regras de progressão de carreira e introduz avaliações periódicas de desempenho com possibilidade de bônus

FÉRIAS E FOLGAS

Acaba com férias superiores a 30 dias e limita o acúmulo de licenças.

CARGOS COMISSIONADOS

Impõe teto de 5% do total de cargos para livre nomeação (10% em municípios com até 10 mil habitantes).

REGIME DE TRABALHO

Permite escala 4 x 3 (quatro dias presenciais e três remotos) a critério da administração.

Ele reconhece que a avaliação de desempenho é constitucional, mas alerta para o risco de perseguição política. “O desafio é operacionalizar critérios objetivos, metas claras e mecanismos de revisão. Modelos subjetivos podem gerar retaliações e insegurança institucional.”

A oposição endureceu o tom contra a proposta e afirma que o texto não moderniza o Estado nem combate privilégios, mas representa um “ataque direto à espinha dorsal do serviço público”. Para o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), a proposta amplia a precarização, flexibiliza vínculos e abre espaço para perseguição política. “Não tem nada de combate a privilégio. Isso é um ataque à base do serviço público, ampliando

precarização e contratos temporários. E como é que o relator fala em combater privilégios se ele votou a favor da PEC da blindagem?”, critica o parlamentar.

Um dos pontos mais sensíveis, segundo ele, é a mudança no instituto da estabilidade. Glauber afirma que o novo modelo cria um ambiente de intimidação dentro da máquina pública. “Quando você atinge diretamente a estabilidade do servidor, você favorece a perseguição. Cria um clima de medo, em que só permanece quem faz o jogo do prefeito ou do governador”, diz.

Para Glauber, não há modernização possível sem valorização das carreiras e sem o cumprimento da legislação existente. “Falar em modernização com uma proposta que atende aos interesses de mercado e sem qualquer discussão séria

com os trabalhadores é tentar enganar as pessoas. O parlamentar defende que o governo federal assuma publicamente posição contrária. “O governo tem que se posicionar de forma direta e objetiva, dizendo que é contra a aprovação dessa PEC”, declara.

O **Correio** entrou em contato com o Ministério da Gestão e Inovação, que informou que não comentará o tema neste momento. O Palácio do Planalto e o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do Grupo Técnico que elaborou os estudos e propôs a PEC, não responderam até o fechamento desta edição. A reportagem também procurou o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, que já se manifestou publicamente a favor do projeto, mas não obteve retorno.

REFORMA ADMINISTRATIVA

A tramitação da PEC

O texto será analisado primeiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliará a constitucionalidade e admissibilidade da proposta

» JÉSSICA ANDRADE

A PEC 32 da Reforma Administrativa, agora, inicia a fase formal de tramitação na Câmara dos Deputados. O texto, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), será analisado primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliará sua constitucionalidade e admissibilidade. Se aprovado, segue para uma Comissão Especial, onde poderão ser feitos ajustes e emendas. A etapa seguinte é a votação em dois turnos no plenário da Câmara, com necessidade de, pelo menos, 308 votos favoráveis para avançar ao Senado. Caso o texto também seja aprovado pelos senadores, em dois turnos e por maioria qualificada, a PEC 38/2025 será promulgada e passará a integrar a Constituição Federal.

A Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afesp) manifestou preocupação com o avanço da Reforma Administrativa no Congresso Nacional. A entidade teme que as propostas, especialmente a PEC 38/2025, possam fragilizar pilares históricos do serviço público, como a estabilidade, o mérito e o planejamento de longo prazo. Para o presidente da associação, Artur Marques, o país precisa modernizar o Estado sem comprometer o ingresso por concurso, a capacitação e a independência técnica dos servidores. Segundo ele, mudanças apressadas ou sem diálogo com especialistas podem levar à precarização dos vínculos e à perda de eficiência institucional.

Marques também alerta para o risco de vínculos celetistas e terceirizações estruturais ampliarem a instabilidade e a rotatividade nas equipes, submetendo funções permanentes à lógica de governo, e não de Estado. Outro ponto de atenção é o possível rito abreviado da PEC 38/2025, que altera mais de 20 artigos da Constituição. Para a AFPEP, o tema exige um debate técnico e transparente, já que o texto atinge carreiras estratégicas, como magistrados, procuradores,

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



A votação da proposta ocorrerá em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados, para avançar ao Senado

Arquivo Pessoal



Artur Marques: risco de fragilizar a estabilidade

fiscais e docentes. “Sem estabilidade e meritocracia, o Estado perde capacidade de planejar políticas públicas e proteger o interesse coletivo”, afirma o presidente da entidade.

O que pensa o brasileiro

Quase metade dos brasileiros está insatisfeita com a qualidade do serviço público no país. É o que revela uma pesquisa da AtlasIntel em parceria com o Instituto República, que reacende o debate sobre a necessidade de uma reforma administrativa. O levantamento mostra que, embora a maioria da população reconheça o valor do servidor público e rejeite a ideia de que ele seja um “vilão”, há uma percepção consolidada de que o Estado precisa se modernizar para entregar resultados mais eficientes.

Segundo o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, os dados apontam para uma visão crítica, mas construtiva, sobre a administração

pública. “Existe a percepção evidente de valor do serviço público. Não vemos uma demanda para acabar com o serviço público, o servidor não é vilão. Mas, ao mesmo tempo, é muito clara a percepção de que existem oportunidades para melhoria de eficiência”, afirmou.

O estudo mostra, ainda, que a insatisfação está mais relacionada à estrutura e à gestão do que ao desempenho individual dos servidores. Entre os entrevistados, 57% acreditam que o funcionalismo se esforça menos do que trabalhadores do setor privado, mas quase 60% reconhecem que faltam investimentos, planejamento e melhores condições de trabalho.

A pesquisa também revela um consenso sobre a necessidade de combater privilégios no topo do funcionalismo, especialmente no Judiciário. Benefícios como supersalários, férias de 60 dias e aposentadoria compulsória como forma de punição são vistos como injustos pela ampla maioria dos

entrevistados — percepção compartilhada até por parte dos próprios servidores. “Esses privilégios são restritos a uma minoria. Há um entendimento de que é preciso corrigi-los”, destacou Roman.

Outro dado relevante é o baixo conhecimento público sobre a PEC 38/2025, que propõe a reforma administrativa atualmente em tramitação no Congresso. Apenas 18% dos entrevistados afirmaram conhecer bem o conteúdo da proposta, mas, entre aqueles que estão informados, a maioria expressa apoio às mudanças. Para o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), os resultados reforçam a urgência da pauta. “A avaliação da administração pública é negativa e reforça a urgência da reforma. Quanto mais o debate público aprofundar, maior tende a ser a aprovação”, disse.

A sondagem ouviu 2.287 pessoas com mais de 16 anos em todas as regiões do país, com margem de erro de dois pontos percentuais e nível de confiança de 95%.